

SEMINÁRIO
NACIONAL



LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS:

*Usos, sentidos e práticas
na Defensoria Pública*

Programação

Apresentação

A distância entre o que está na lei e o que acontece na prática marca o longo caminho a percorrer para a efetivação dos direitos humanos. Este é um caminho que convoca, cada vez mais, maior (re-)conhecimento acerca do papel que vem sendo desempenhado pela Defensoria Pública. Ganham destaque notícias de ações da Defensoria Pública que, seja reivindicando efetividade, seja apontando ineficiência e práticas abusivas nas políticas públicas, têm ajudado a demarcar o terreno de luta pelos direitos no Brasil. Trata-se de ações que, muitas vezes, dão visibilidade e trazem à tona sujeitos individuais e coletivos, cujas reivindicações estão submersas na invisibilidade sistemática que resulta de um cotidiano de exclusão dos direitos para vários segmentos da população.

Este seminário chama atenção para a importância de se refletir sobre a litigância estratégica em direitos humanos da Defensoria Pública. O que caracterizam as práticas de litigância estratégica em direitos humanos desenvolvidas pela Defensoria Pública? Qual o papel da litigância em direitos humanos no quadro macro de atuação estratégica da Defensoria? O que os casos litigância estratégica acionados por esta instituição impulsionam no que toca a aprendizagens e alternativas de mobilização no sistema de justiça? Quais as articulações sociais necessárias e emergentes da atuação neste campo? Que conclusões em controle de políticas públicas e em visibilização de demandas e de sujeitos de direitos podem ser apuradas? O que as experiências de (in-) sucesso trazem para a discussão dos cenários futuros? Estas e outras questões serão enfrentadas pelo seminário, que reunirá defensoras e defensores públicos com profissionais do direito, ativistas, acadêmicas e acadêmicos de diferentes estados do Brasil.

O seminário tem por objetivo contribuir para a produção de conhecimento, aprendizagem institucional e troca de experiências acerca de casos e práticas de litigância estratégica em direitos humanos da Defensoria Pública, debatendo seus limites e possibilidades e facilitando uma maior articulação profissional e um aprofundamento do diálogo com movimentos e organizações sociais investidas neste campo.

PROGRAMAÇÃO

DIA 29/03

18H | ABERTURA

19H | CONFERÊNCIA DE ABERTURA

AÇÃO ESTRATÉGICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA PERANTE UM CONTEXTO CRESCENTE DE FASCISMO SOCIAL, ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL

A conferência de abertura visa discutir criticamente os limites e desafios da ação estratégica do sistema de justiça tendo em conta o quadro atual de produção e reprodução do direito na sociedade brasileira, em face especialmente das dinâmicas corporativas e do papel desempenhado pelas elites jurídicas e políticas. A mesa procurará confrontar diferentes sentidos de ativismo judicial e atuação estratégica das instituições, discutindo tanto o potencial emancipatório quanto o potencial conservador da utilização do direito.

Facilitadora: Adriana Britto (DP/RJ)

Relatora: Ana Paula Sciammarella (UniRio)

Conferencistas:

Daniel Sarmento (UERJ)

Gisele Citadino (PUC/RJ)

20H | PREMIAÇÃO DOS RESULTADOS DO CONCURSO DE LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS

DIA 30/03

9H | MESA

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS NA DEFENSORIA PÚBLICA: QUESTÕES TEÓRICAS

Esta mesa visa construir um quadro teórico-analítico útil para discutir a litigância estratégica em Direitos Humanos da Defensoria Pública. A litigância deriva do conjunto maior de atuação estratégica da instituição e de uma prática jurídica que tem por princípio o universalismo e o diferencialismo no atendimento das diversas demandas. Pretende-se criar condições tanto para discussão conceitual sobre a litigância estratégica quanto para reflexão sobre o estado da arte da atuação da Defensoria Pública, das outras instituições do sistema de justiça, da advocacia e da assessoria jurídica popular em relação a esse tema.

Facilitadora: Élide Lauris (Fórum Justiça)

Relatora: Fabiana Severi (USP)

Palestrantes:

Antonio Maués (UFPA)

Hélio Silva (Advogado)

Maria Eugênia Trombini (Terra de Direitos)

Nívia Monica da Silva (MP/MG)

Patrícia Ketterman (DP/RS)

11H30 -12H30 | DEBATE

14H | APRESENTAÇÃO

CONCURSO NACIONAL DE CASOS DE LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA EM DIREITOS HUMANOS

Facilitadora: Maria Lúcia de Pontes (DP/RJ) e Patrícia Magno (DP/RJ)

Relator: Luiz Otávio Ribas (UFRJ)

CASO 1. A DEFENSORIA PÚBLICA E AS ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DO CASO DE PERNAMBUCO, SALVADOR/BA | DP/BA | Gisele Aguiar Ribeiro Pereira Argolo e Laíssa Souza de Araújo Rocha

CASO 2. A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS EM 2016 | DP/RJ | Eufrásia Maria Das Virgens, Marina Lowenkron e Rodrigo Martins Azambuja

CASO 3. A ATUAÇÃO DO GRUPO INTERDEFENSORIAL DO RIO DOCE NO ÂMBITO DO DESASTRE AMBIENTAL OCACIONADO PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, EM MARIANA/MG | Grupo Interdefensorial do Rio Doce – DP/ES, DP/MG e DPU | Francisco de Assis Nóbrega, João Marcos Matos Mariano, Luciana Lara Leão, Mariana Andrade Sobral, Péricles Batista da Silva e Rafael Mello Portella Campos

CASO 4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DA PM EM MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS | DP/SP, Conectas Direitos Humanos e Artigo 19 | Camila Marques e Carlos Weis

CASO 5. AÇÃO CIVIL PÚBLICA SOBRE OPERAÇÕES POLICIAIS NA MARÉ | DP/RJ | Daniel Lozoya e Lívia Casseres

CASO 6. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA CRISE DA SAÚDE | DP/RJ | Thaísa Guerreiro de Souza e Samantha Monteiro de Oliveira

CASO 7. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA EM PROL DE IMIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE | DPU - GT Migrações e Refúgio | Daniel Chiaretti, Gustavo Zortea da Silva, Roberta Pires Alvim, Edilson Santana Gonçalves Filho, Vivian Netto e Machado Santarém

CASO 8. ATUAÇÃO EM REDE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO | DP/PR e Universidade Federal do Paraná | Camille Vieira da Costa, Antonio Vitor de Almeida Barbosa, Mariana Nunes, Bruno de Almeida Passadore, Adriana Espindola Correa e Leandro Gorsdorf

CASO 9. CASO ADELIR | Associação Artemis | Valéria Sousa e Raquel Marques

CASO 10. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ESTRATÉGIAS PARA O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS | DP/AC | Cláudia de Freitas Aguirre

CASO 11. VILA SOMA: LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA E O DIREITO HUMANO À MORADIA | DP/SP - Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo | Luiza Lins Veloso, Marina Costa Craveiro Peixoto e Rafael de Paula Eduardo Faber

CASO 12. OUVINDO O POVO DE TERREIRO - DIÁLOGOS SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA NO RIO GRANDE DO SUL | Conselho Estadual do Povo de Terreiro do Rio Grande do Sul e Ouvidoria-Geral da DP/RS | Sandrali de Campos Bueno, Simone Cruz e Daniel Paulo Caye

17H – 17H30 | INTERVALO PARA CAFÉ

17H30 | GRUPOS DE TRABALHO

DISCUSSÃO DOS CASOS

GT 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCAÇÃO, SAÚDE

Mediadora: Renata Tibyriçá (DP/SP)

Relator: Vinícius Alves (Fórum Justiça)

Caso 1, Caso 2 e Caso 6

GT 2 – VIOLÊNCIA POLICIAL / INSTITUCIONAL

Mediador: Fábio Amado (DP/RJ)

Relatora: Júlia Schirmer (IDHESCA/IIDH)

Caso 4, Caso 5 e Caso 9

GT 3 – DESASTRES, GRANDES EVENTOS/OBRAS E MORADIA

Mediadora: Letícia Osório (Fundação Ford)

Relatora: Élide Lauris (FJ)

Caso 3, Caso 8 e Caso 11

GT 4 – MINORIAS/GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Mediador: Johny Giffoni (DP/PA)

Relator: Daniel Caye (Ouvidoria-Geral - DP/RS)

Caso 7, Caso 10 e Caso 12

9H | MESA

QUESTÕES POLÍTICAS E PRÁTICAS DA LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA NA DEFENSORIA PÚBLICA: DIÁLOGO DE EXPERIÊNCIAS

Esta mesa visa criar condições de aprendizagem institucional perante o diálogo sobre limites, desafios e capacidade de inovação da Defensoria Pública na promoção de ações de advocacy e de litígio estratégico. O debate também permitirá abordar, em diálogo com organizações e movimentos sociais, os impactos e as dimensões políticas, e no sistema de justiça, da ação de litigância estratégica, em especial em face da missão de se opor às várias dimensões da desigualdade, exploração, invisibilidade, denegação de direitos, racismo institucional e exclusão social.

Facilitadora: Lídia Nóbrega (DPU)

Relator: Johny Giffoni (DP/PA)

DIA 31/03

Palestrantes:

Ana Valéria Leitão (Fundo Brasil de Direitos Humanos)
Andreia Barreto (DP/PA)
Antonio Maffezolli (DP/SP e ANADEP)
Luiz Henrique Eloy Amado (Advogado indígena Terena e APIB)
Paulo Leivas (MPF e Clínica de Direitos Humanos da Uniritter)
Rodnei Gericó (Geledés Instituto da Mulher Negra)

11H40 – 12H30 | DEBATE

14H30 | GRUPOS DE TRABALHO

DISCUSSÃO DE TEMAS E QUESTÕES TRANSVERSAIS AOS CASOS DE LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

A partir dos casos apresentados, os grupos de trabalho incidirão na formulação de diretrizes e/ou proposta de protocolo de atuação da Defensoria em temas transversais ao encaminhamento de litígios estratégicos. A participação popular, papel e utilização de ferramentas de comunicação e mídias sociais, articulação nacional em torno de temas, estratégias de litigância estratégica perante o STF, propostas de mudança legislativa para atender a casos concretos, possibilidades e desafios de utilização do Sistema Interamericano, Sistema ONU ou mobilização dos padrões internacionais, são exemplos de temas a serem contemplados pela discussão dos grupos.

GT 1 - CONSTRUÇÃO DO CASO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E ENGAJAMENTO DAS PESSOAS E GRUPOS ATINGIDOS PELO CONFLITO, SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Mediadora: Lívia Casseres (DP/RJ)

Relator: Vinícius Alves (Fórum Justiça)

GT 2 - POLÍTICA INSTITUCIONAL

Mediadora: Daniella Vitagliano (DP/RJ)

Relatora: Éliada Lauris (FJ)

GT 3 - DENÚNCIAS A OUTRAS INSTITUIÇÕES/ÓRGÃOS

Mediadora: Renata Tavares (DP/RJ)

Relatora: Júlia Schirmer (IDHESCA/IIDH)

GT 4 - INCIDÊNCIA POLÍTICA E MÍDIA

Mediador: Rodrigo Pacheco (DP/RJ)

Relator: Daniel Caye (Ouvidoria-Geral - DP/RS)

17H – 17H30 | INTERVALO PARA CAFÉ

17H30 | DELIBERAÇÕES FINAIS

09H - 13H | MINICURSO

DEFENSORIA PÚBLICA E ATUAÇÃO NO SISTEMA INTERAMERICANO E SISTEMA ONU

Por que e para que(m) pensar e falar em litigância estratégica em âmbito internacional? De que modo a atuação dos atores do sistema de justiça pode ser estratégica em diferentes escalas? O que o Direito Internacional dos Direitos Humanos pode influir no dia a dia do órgão de execução de uma Defensora Pública? Estas são algumas das questões que serão debatidas durante o minicurso, com atenção à construção de uma perspectiva de enquadramento crítico dos direitos humanos.

Dentre outros tópicos serão abordados: (a) acesso à justiça, história democrática e direitos humanos; (b) papel político e funções da litigância estratégica defensorial; (c) panorama dos Direitos Humanos (o que são? quais suas vertentes?); (d) função política dos órgãos de proteção internacional dos direitos humanos; (e) adjudicação de casos e implementação de decisões.

Apresentação: Vanessa Berner (Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ)

Formadoras: Patricia Magno (DP/RJ e Fórum Justiça) e Rivana Ricarte (DP/AC)

Debatedoras: Victoria Grabois (Grupo Tortura Nunca Mais) e Adriana Ramos (Programa de Pós-graduação em Direito – UFRJ e IBMEC)

DIA 01/04

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:

